

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Collor é que abriu o mercado para importados

A salada ideológica em torno do “imposto chinês”

O Brasil é um país curioso. Nem sempre fica clara por aqui a divisão entre esquerda e direita, especialmente nos temas econômicos. O governo Jair Bolsonaro reunia entre seus aliados ao mesmo tempo ultraliberais como o ex-ministro da Economia Paulo Guedes e ultranacionalistas, como os militares que governaram o país numa ditadura de mais de vinte anos. Se

hoje os brasileiros “bugiangas”, como classificou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, produzidas na China por um valor barato, isso é consequência de um processo que se iniciou no governo Fernando Collor, que depois foi aliado de Bolsonaro, para acabar com políticas de proteção da indústria nacional que foram implementadas pelos governantes no regime militar.

Sarney

No primeiro governo democrático após a ditadura, o então presidente José Sarney manteve boa parte da política protecionista. O curioso é que a esquerda apoiava essa proteção que depois Collor extinguiria com o apoio da direita e dos economistas liberais.

Avanços

No início da revolução informática, os críticos do protecionismo argumentavam que a política estava condenando o Brasil ao atraso, ao impedir a entrada dos computadores e outros produtos eletrônicos mais modernos. Collor chamava os carros brasileiros de “carroças”.

Valter Campanato/Agência Brasil



O PT de Lula apoiava o protecionismo de Sarney

Brinquedos, têxteis. Brasil sofreu com concorrência

Se a abertura permitiu a chegada ao Brasil de computadores, celulares, novas marcas de automóveis, etc, por outro lado condenou algumas indústrias brasileiras. No campo da informática, as iniciativas que havia no país desapareceram. Mas a abertura dos importados acabou sendo mais ampla. E, então, diversos

setores sofreram. As fábricas de brinquedos brasileiros desapareceram. E outros setores começaram a sofrer com a concorrência de estrangeiros bem mais baratos. Sofreu com isso o setor calçadista. E a indústria têxtil. O problema é que o custo dos importados às vezes é mais baixo pelas condições de trabalho.

Esquerda

Quando a discussão dessa abertura à importação começou, a esquerda aliou-se aos ultranacionalistas procurando proteger os empregos brasileiros. No caso, especialmente o PT, de origem sindical. Agora, o partido é favorável à isenção de impostos para essas importações.

Jabutí

No fundo, o problema com essa questão é o mesmo de sempre. A falta de uma discussão mais ampla com relação a mudanças. Altera-se a economia conforme os ventos eleitorais. É absurdo que uma questão como essa entre no debate a partir de um “jabuti”.

Direita

E, então, a direita e o centro liberais, que produziram essa abertura no passado, agora apoiam o “jabuti” incluído no projeto de mobilidade verde que estabelece o aumento do imposto para as importações até US\$ 50, a compra das “blusinhas” e “bugiangas”.

Explicando

No jargão político, “jabuti” é algo que se acrescenta a um projeto que nada tem a ver com seu objetivo inicial. Vem do ditado que diz: “Jabutí não sobe em árvore. Se está ali, ou foi enchente ou mão de gente”. De qualquer modo, é engraçada a confusão política em torno do tema.

Ameaça: Lira obriga presença de deputados

Em dia atípico, “imposto chinês” deve entrar na pauta

Por Ana Paula Marques

Segunda-feira é um dia atípico para realização de sessões deliberativas na Câmara dos Deputados, mas não para o “poderoso” presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Ele obrigou a presença dos parlamentares em uma sessão nesta segunda-feira (27). Exigiu registro de presença biométrico com efeitos administrativos. Ou seja, os parlamentares que se ausentarem terão o dia descontado do salário.

O ato foi publicado na sexta-feira (24). A estratégia de Lira é garantir quórum em plenário na segunda, que costuma não ter grande tráfego de deputados na Câmara, principalmente com a chegada do feriado de Corpus Christi na quinta-feira (30). Com isso, ele busca garantir quórum para votar projetos de lei (PL) que estão trancando a pauta.

É o caso da proposta do Programa Mobilidade Verde e Inovação, o Mover. Mas não é exatamente o projeto que tem prioridade, mas sim, um “jabuti” incluído durante sua tramitação na Casa. “Jabutis” é como, no jargão parlamentar, são chamadas inclusões em textos de projetos que nada têm a ver com a proposta original. No caso do Mover, é a taxaço das compras internacionais, que ganhou o apelido de “imposto chinês”, pela origem dos produtos e de algumas das plataformas de compras no exterior. O “jabuti” tem o apoio e o esforço de Lira.

A votação do projeto já foi adiada duas vezes, já que nas últimas semanas os deputados estavam empenhados em aprovar medidas para o Rio Grande do Sul enfrentar a catástrofe que o acomete desde abril. Ainda na sexta-feira, Lira prorrogou até quarta-feira (29) a dispensa de presença obrigatória para deputados do RS.



Lira Marques/ Agência Brasil

Lira força presença para tentar votar “taxação das blusinhas”

“Taxação das blusinhas”

O jabuti pretende por fim à isenção de impostos sobre as compras internacionais abaixo de US\$ 50 feitas por pessoas físicas. Pelas regras atuais do programa Remessa Conforme, compras internacionais de até US\$ 50 são isentas de imposto de importação — que seria de 60% nas aquisições feitas em menor valor em sites como Shein, AliExpress e Shopee.

Lira quer a taxaço em um aceno ao setor varejista brasileiro, que reclama de estar enfrentando uma concorrência injusta com empresas estrangeiras, sobretudo as chinesas, que apresentam preços inferiores aos brasileiros. Mas ele enfrenta forte resistência tanto do governo quanto da oposição para aprovar o texto na Casa.

O presidente da Câmara quer um acordo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ele já disse que deve vetar eventual decisão do Congresso Nacional de acabar com a isenção para compras no valor. Apesar disso, o presidente indicou que está

disposto a “negociar”.

PL do streaming

Outro projeto de lei que deve entrar na pauta é o conhecido como “PL dos streamings”, que pretende taxar as plataformas de filmes e séries como a Netflix, HBO, Prime Vídeo e outros. A proposta estabelece que os serviços de televisão por aplicativo de internet e de compartilhamento de conteúdos audiovisuais contribuam com até 6% de sua receita bruta anual no mercado brasileiro para a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine). Pelo texto, a alíquota será progressiva até atingir esse patamar.

Porém, um trecho do texto exclui da tributação as “concessionárias de serviço de radiodifusão de sons e imagens ou prestadores das atividades da Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado”, ou seja, a plataforma Globoplay, do Grupo Globo, ficaria isenta, pois a empresa é uma concessionária de radiodifusão.

Isso tem causado burbu-

rinho entre os deputados da oposição, que defendem que a taxaço é uma forma de beneficiar a emissora. Eles estão chamando o projeto da autoria do deputado André Figueiredo (PDT-CE) de “PL da Globo” e, na última sessão em que a proposta estava em pauta, parlamentares do PL, União Brasil e Novo obstruíram a análise do texto.

Senado

No Senado Federal, os senadores trabalham para tentar votar, nesta semana, o projeto de lei da reoneração gradual da folha de pagamento de empresas de 17 setores da economia a partir de 2025, principalmente, após a pressão que tiveram na última semana pela não continuidade da proposta.

Prefeitos e várias autoridades representantes dos três poderes compareceram à Marcha dos Prefeitos realizada em Brasília. Lá, Lula chegou a ser vaiada e aplaudido ao mesmo tempo e também pediu urgência para a aprovação do projeto de lei que vai tratar, agora, da desoneração dos municípios.

GTs de regulamentação de tributária começam trabalhos

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



GT irá ouvir Appy esta semana

Por Gabriela Gallo

Dando início aos trabalhos na discussão acerca da regulamentação da reforma tributária — através do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/24, de autoria do poder Executivo — o Grupo de Trabalho (GT) responsável por discutir a medida na Câmara dos Deputados realizará a primeira audiência nesta terça-feira (28), às 10h. Os parlamentares irão se reunir com o secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, que irá detalhar o PLP 68/24 e tirar eventuais dúvidas. No mesmo dia, será elaborado um Plano de Trabalho que o GT usará como base nas próximas audiências.

O PLP 68/24 regulamenta os três novos tributos criados pela reforma tributária: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a segunda parte da regulamentação da reforma tributária deve ser entregue à Câmara nesta semana, antes do feriado de Corpus Christi, nesta quinta-feira (30).

Além disso, a Frente Parlamentar do Empreendedo-

rismo (FPE) organizou para esta segunda-feira (27) uma reunião-jantar para a apresentação do relatório dos Grupos de Trabalho das Frentes Parlamentares no Congresso no âmbito da regulamentação da Reforma Tributária. O encontro está marcado para as 19h30. Estarão presentes na reunião os presidentes das frentes parlamentares que compõem a coalizão, o grupo “Mulheres no Tributário”, empresários e representantes de entidades que participaram dos debates dos Grupos de Trabalho. As frentes já anunciaram seus relatórios e complementos ao texto apresentado pelo governo acerca da regulamentação da reforma.

GTs

Nomeados pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), os deputados que compõem o GT adiantaram que serão realizadas semanalmente reuniões sobre o tema. Na avaliação do presidente da Casa, os grupos são necessários, já que a regulamentação da reforma tributária é um tema muito amplo, portanto, não deveria estar concentrada nas mãos de um único deputado relator. Os nomeados irão debater o assunto com o governo e também representantes das principais confederações de setores econômicos, como da indústria e dos transportes.

“Nós vamos compartilhar todas as decisões de forma uní-

sona. Iremos encaminhar os debates, os atendimentos, as mesas de diálogo, as audiências entre os sete. E se tiver discordância? Vamos discutir entre nós e, obviamente, exaurir essas discussões, até porque essa é uma matéria muito técnica”, destacou o deputado federal Claudio Cajado (PP-BA), que integra o GT.

Dentre as medidas propostas que serão debatidas nas reuniões, o deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), que também é membro do grupo de trabalho, adiantou que a medida irá resultar em duas cestas básicas, tema frequentemente questionado ao parlamentar. “Uma com isenção integral do imposto sobre consumo e outra cesta básica vai ter uma alíquota reduzida de 60% da alíquota de referência que será anexada em todo Brasil [alíquota de 26,5%]”, disse o parlamentar em entrevista à rádio Câmara.

Ele completou que Arthur Lira está na expectativa de votar a medida até 17 de junho, antes de acontecer o recesso parlamentar no meio do ano. Em seu último ano como presidente da Câmara, Lira tem pressa em aprovar a medida, especialmente porque os trabalhos na Câmara e no Senado Federal irão reduzir em decorrência das eleições municipais de 2024.